



Romeu Tuma quer mecanismos para dificultar ação de quadrilhas

## Empresários de transportes de cargas depõem na CPI

Quatro presidentes de sindicatos de empresas de transportes falam hoje sobre o roubo de cargas.

PÁGINA 5



# CCJ examina projeto que institui pisos diferenciados

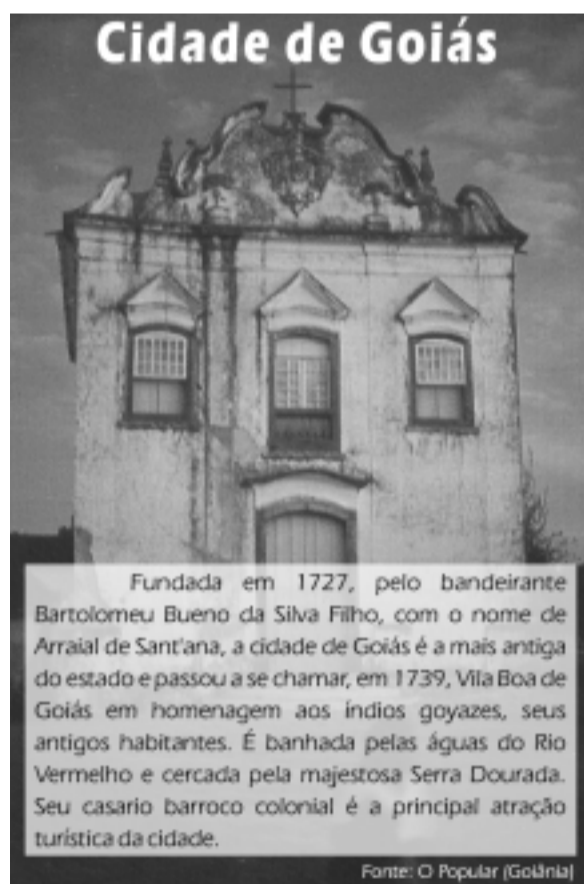
Proposta, que não revoga a política nacional do salário mínimo, autoriza os estados e o Distrito Federal a fixarem valores de acordo com suas possibilidades financeiras



Machado deu parecer favorável ao projeto de iniciativa do Executivo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em reunião convocada para a tarde, após a Ordem do Dia do Plenário, aprecia projeto de lei complementar que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituírem pisos salariais diferenciados. De iniciativa do presidente da República, a proposta recebeu parecer favorável do relator na comissão, senador Sérgio Machado. A CCJ examinará, também, projeto de lei que disciplina a contratação de pessoal pelas agências reguladoras e o que cria a Agência Nacional de Águas.

PÁGINA 3



## Cidade de Goiás

Fundada em 1727, pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, com o nome de Arraial de Sant'ana, a cidade de Goiás é a mais antiga do estado e passou a se chamar, em 1739, Vila Boa de Goiás em homenagem aos índios goyazes, seus antigos habitantes. É banhada pelas águas do Rio Vermelho e cercada pela majestosa Serra Dourada. Seu casario barroco colonial é a principal atração turística da cidade.

Fonte: O Popular (Goiânia)

## Crise da aviação civil será discutida em audiência pública

PÁGINA 4

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina hoje requerimento de Mauro Miranda para que o Senado apóie, junto à Unesco, a declaração da cidade de Goiás (foto) como Patrimônio da Humanidade.

PÁGINA 3

## Comissão de Infra-Estrutura aprecia incentivo a energia renovável

PÁGINA 4

## UM BEM PRECIOSO

- No Brasil, estima-se em 40% o desperdício de água
- 98% da água do planeta estão nos oceanos
- 80% da água do país estão armazenados na região amazônica

O brasileiro gasta, em média, cinco vezes mais água que o volume indicado como suficiente pela Organização Mundial de Saúde (40 litros diários por habitante)

Fonte: Associação dos Fabricantes de Materiais Sanitários (Asfamas)

## Marina e Alcântara pedem esforço pela preservação

Detentor de 18% da água potável, 22% das espécies vivas e a maior biodiversidade do planeta, o Brasil não pode permitir que essa herança seja transformada em morte da natureza. O apelo foi feito

pela senadora Marina Silva em discurso de saudação do Dia Mundial do Meio Ambiente, transcrito ontem. O senador Lúcio Alcântara defendeu o combate ao desperdício da água.

PÁGINA 6

# ACM quer Orçamento Geral da União impositivo

Presidente do Senado anuncia a apresentação de PEC determinando que as despesas orçamentárias sejam definidas pelo Congresso

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem que irá apresentar proposta de emenda constitucional (PEC) tornando impositivo o Orçamento Geral da União. Hoje o Congresso apenas autoriza o governo a realizar despesas, ficando o Executivo livre para fazer os cortes que entender necessários, o que tem provocado críticas por parte de membros do Congresso.

Para Antonio Carlos, o total da receita deve ser previsto pelo governo, que tem controle sobre a arrecadação. A definição da despesa ficaria a cargo do Congresso, conforme a proposta do presidente do Senado, inclusive quando houver excesso de arrecadação. Na eventualidade de queda na coleta de impostos, os cortes teriam de ser aprovados por comissão composta de membros do governo e da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A

contrapartida ao aumento de poder na definição das despesas seria a restrição à fixação de despesas além do que permite a receita.

A manutenção ou não das emendas individuais de parlamentares seria deixada em aberto, conforme a proposta de Antonio Carlos, que inclui um projeto de resolução. O presidente do Senado entende que, se as emendas individuais forem mantidas, a Comissão de Orçamento teria de fiscalizar de perto a aplicação do dinheiro.

O rigor na fiscalização deve se estender a todo o Orçamento. Antonio Carlos pretende que a comissão tenha a mesma força e o mesmo prestígio que tinha até 1966, quando era a mais cobiçada pelos congressistas.

Ele sugere que o controle se dê pela verificação de registros oficiais e também do andamento das obras nos locais em que estiverem sendo realizadas. Outra proposta para melhorar o desempenho da comissão prevê mandato de dois anos para seus membros.

Antonio Carlos afirmou ter discutido o teor de suas propostas com membros da equipe econômica, que não se opuseram às sugestões de mudanças. Ainda assim, o presidente do Senado acredita que a matéria deverá levar mais de um ano para ser aprovada. Ele até admitiu que, se aprovadas, as novas regras entrem em vigor apenas em 2003, para não caracterizar nenhum tipo de ação contra o governo Fernando Henrique Cardoso.



Antonio Carlos: as receitas do Orçamento devem ser previstas pelo governo

## Senado examina renovação para o SBT do Rio

O Senado examina hoje a renovação da concessão ao SBT do Rio de Janeiro, canal 11. Quando analisada pela Comissão de Educação (CE), essa renovação, apesar de aprovada, mereceu restrições do relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ). Ele apontou reações de segmentos da sociedade contra as cenas de violência, permissividade e sensacionalismo transmitidas por emissoras que, segundo o senador, desrespeitam os direitos e valores do público receptor. "De fato, temos assistido à exacerbção do padrão mercadológico, que ajusta as finalidades, a estética e a linguagem do produto-programa a necessidades e vontades do mercado", analisou.

Também hoje, os senadores decidem se autorizam o governo a contrair empréstimo de US\$ 97,8 milhões

junto ao Banque Nationale de Paris (BNP), para financiar a importação de oito helicópteros Cougar. Votam também a resolução que autoriza o governo a contrair empréstimo de US\$ 505 milhões com o Banco Mundial, para o ajuste setorial da Previdência. A dificuldade dessa decisão reside no fato de que os recursos, conforme os documentos vindos do Executivo, seriam destinados ao pagamento da dívida externa.

Reconhecendo a necessidade de um ordenamento jurídico que regule a produção de cloro em todo o país, o Plenário deve votar ainda projeto do deputado Jair Meneguelli (PT-SP) que disciplina a matéria. Elemento químico gasoso utilizado no tratamento de água e em várias indústrias, o cloro é largamente usado na saúde pública, na desinfecção dos sis-

temas de água potável, na lavoura e na fabricação de medicamentos.

O projeto mantém as tecnologias atualmente em uso no país para a produção de cloro pelo processo de eletrólise, desde que atendidas algumas exigências, como o cumprimento da legislação de segurança, a análise de riscos e a adoção de plano de proteção à comunidade em situações de emergência e de plano de proteção ambiental.

Também aguarda deliberação a renovação da concessão outorgada às seguintes emissoras: Sistema Clube de Comunicação, de Ribeirão Preto (SP); Rádio e TV Maira, de Candeias do Jamari (RO); e Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, do governo do Acre, na cidade de Feijó (AC).



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2000

Presidente  
Antonio Carlos Magalhães  
11h30 — Recebe Roberto Borges Martins, presidente do Ipea  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 55/2000, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 97,8 milhões, entre o Brasil e o Banque Nationale de Paris, destinada ao financiamento da importação de oito helicópteros Cougar e serviços a serem fornecidos pela Eurocopter S.A.; PR nº 56/2000, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Bird, no valor equivalente a até US\$ 505 milhões, na modalidade de ajuste setorial da Previdência Social/Segunda Fase; PLC nº 64/99, que dispõe sobre a produção de cloro; PDL nº 78/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Studios Sylvio Santos atualmente denominada TVSBT-Canal 11 do Rio de Janeiro, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro (RJ); PDL nº 203/99, que aprova o ato que renova a permissão do Sistema Clube de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto (SP); PDL nº 33/2000, que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Maira para explorar serviço de radiodifusão em frequência modulada na cidade de Candeias do Jamari (RO); PDL nº 79/2000, que aprova o ato que autoriza o governo do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão em ondas médias na cidade de Feijó (AC); e Requerimento nº 277/2000, do senador Luiz Pontes, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 81/2000.

### COMISSÕES

10h — Sessão conjunta das comissões de Infra-Estrutura e Assuntos Econômicos

Pauta: exposição do comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Carlos Baptista; do presidente da Infraero, Fernando Perrone; do diretor do DAC, Venâncio Grossi; do presidente da Vasp, Wagner Canhedo; do presidente da Varig, Ozires Silva; e do presidente da TAM, Rolim Amaro, acerca da atual situação das empresas aéreas e sobre possíveis acordos de fusão com empresas internacionais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 354/99, que institui o Dia Nacional de Luta Contra Queimaduras; PLS nº 131/2000, que denomina Rodovia Sylvio Lafêgo Botelho ao trecho da BR-401; PLS nº 109/2000, que denomina Rodovia Governador Aquilino Mota Duarte ao trecho da BR-210; PLS nº 110/2000, que denomina Rodovia Governador Ene Garcez à BR-401; e PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o ao atleta profissional, entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

15h — CPI de Roubo de Cargas

Pauta: depoimento dos presidentes do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Rio de Janeiro, Eduardo Ferreira Rebuszi; e da Federação dos Transportadores de Cargas de Santa Catarina, Augusto Dalçoquio Neto, entre outros. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 37/99, que altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac); tramitando em conjunto com o PLS nº 36/99, que altera o inciso VIII do art. 5º e acrescenta parágrafo ao art. 6º da Lei nº 8.313/91; PLC nº 11/2000, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PRS nº 8/2000, que autoriza os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal, destinadas à implantação de programas de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal; PRS nº 18/2000, que autoriza os municípios a contratarem operação de crédito com a Caixa Econômica Federal destinadas à implantação do programa de fortalecimento e modernização da máquina administrativa municipal; PRS nº 45/99, modifica a Resolução nº 22/89, que estabelece alíquotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações e prestações interestaduais; e PLS nº 273/99, que dá nova redação aos incisos XIV e XXI, do artigo 6º da Lei nº 7.713/88, entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagem nº 98/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Paulo Américo Veiga Wolowski, para exercer a função de embaixador do Brasil em Gana, e, cumulativamente, em Togo e Burkina Faso; PDL nº 42/2000, que aprova o texto final em substituição àquele encaminhado pela Mensagem nº 1.259/96, da Convenção Interamericana contra a Corrupção; e Requerimento nº 120/2000, do senador Mauro Miranda, solicitando seja apresentada pelo Senado manifestação de apoio, junto à Unesco, ao pleito da cidade de Goiás (GO) para tornar-se Patrimônio da Humanidade. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC nº 19/2000, que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição federal; PLC nº 20/2000, que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras; e PLC nº 03/2000, que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Após Ordem do Dia — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; PLS nº 27/96, que cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pier); e os requerimentos nº 6/2000, do senador Pedro Simon e da senadora Emília Fernandes, solicitando a convocação de uma comissão de inquérito para apurar a atuação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto; do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, para prestarem informações e esclarecimentos sobre o processo de licitação para concessão de 23 áreas de blocos petrolíferos; nº 7/2000, da senadora Emília Fernandes, solicitando a convocação do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto; do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, e do presidente da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, para prestarem informações e esclarecimentos sobre acordos internacionais envolvendo a troca de ativos da Petrobras, entre outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

18h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: análise do relatório de acompanhamento do Plano Plurianual (PPA), relativo ao exercício de 1998 e à execução acumulada no período 1996 a 1998, submetido ao Congresso Nacional pela Mensagem nº 344/99-CN; requerimento do deputado João Coser; requerimento do deputado Virgílio Guimarães; relatório às emendas apresentadas ao PDL, que aprova as contas do governo federal de 1997. *Plenário 2, Anexo II da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CCJ discute autorização para piso salarial regional

A proposta permite que estados e o Distrito Federal estabeleçam salário mínimo próprio, válido para a iniciativa privada, servidores e domésticos

O projeto de lei complementar que autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir pisos salariais diferenciados será apreciado hoje pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, em reunião convocada para a tarde, após a Ordem do Dia. Tramitando em regime de urgência, o projeto de iniciativa do presidente da República já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Seu relator na CCJ é o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que tem parecer favorável à matéria.

A nova regra não revoga a política de fixação de um salário mínimo nacional, mas permite que os estados estabeleçam pisos próprios, válidos para trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos estaduais sem piso fixado em lei federal, convenção ou acordo coletivo e empregados domésticos. Os servidores públicos municipais, por sua vez, deverão ter sua remuneração regida pelo piso nacional ou por aquele definido pelo Executivo local.

Conforme o projeto, já aprovado pela Câmara, os pisos salariais diferenciados não poderão ser fixados no segundo semestre do ano em que houver eleições para governador e deputados estaduais e distritais.

Na mesma reunião, a CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), vai examinar projeto de lei que disciplina a contratação de pessoal para as agências reguladoras. Pelo projeto, o maior salário dessas agências para nível superior será de R\$ 7.100, e para nível

Sérgio Machado: parecer favorável ao projeto que permite o salário mínimo regional



Francelino é relator do projeto que trata da contratação de pessoal nas agências reguladoras

médio, de R\$ 3.300.

O texto, já aprovado pela Câmara, cria no quadro efetivo das agências nacionais de Telecomunicações (Anatel), de Energia Elétrica (Aneel), do Petróleo (ANP) e de Saúde (ANS) quadro de pessoal específico, composto por servidores que tenham sido redistribuídos para as agências até a data de promulgação dessa nova lei. E dispõe que os cargos comissionados de direção terão salário máximo de R\$ 8.000, enquanto os de gerência executiva receberão no máximo R\$ 7.200.

A proposta estabelece que essas agências terão suas relações de trabalho regidas pela CLT e que é vedado a seus empregados o exercício de outra atividade, como gestão operacional de em-

presa e direção político-partidária. Para entrar no quadro efetivo das agências será necessário passar em concurso público, constituído de provas escritas, orais e de títulos. O relator da matéria é o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Outro projeto já aprovado pelos deputados que aguarda deliberação da CCJ é o que cria a Agência Nacional de Águas (ANA), que também está sendo apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais. O relator, na CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), tem voto favorável ao substitutivo enviado pela Câmara. A iniciativa visa à criação de entidade federal encarregada da política nacional de recursos hídricos e da coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento.

Romeu Tuma defende a proposta, já aprovada pela Câmara, que beneficia o peão de rodeio



## Projeto que equipara peão de rodeio a atleta na pauta da CE

A partir das 11h30, a Comissão de Educação pode votar, em reunião extraordinária, o projeto de lei que equipara o peão de rodeio a atleta profissional. De acordo com a proposta, os contratos entre as entidades promotoras das provas e os peões deverão ter prazo mínimo de quatro dias e máximo de dois anos. Considera-se peão de rodeio quem exerce a atividade de montaria em equino e bovino em vaquejadas e provas de laço. O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), é favorável à apro-

vação do projeto, de autoria do deputado Jair Meneguelli (PT-SP).

A pauta da reunião extraordinária da Comissão de Educação tem outros 11 itens. Entre as propostas estão o projeto de lei que institui o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras (6 de junho) e o Dia Nacional da Ciência (8 de julho). Podem também ser analisados seis projetos de decreto legislativo que renovam outorgas e concessões de emissoras de rádio, e três outros projetos de lei que dão nomes a trechos de rodovias federais.

## Cidade de Goiás pode ser Patrimônio da Humanidade

Requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) solicitando que o Senado apóie, junto à Unesco, o pleito para que a cidade de Goiás seja considerada Patrimônio da Humanidade será examinado hoje, a partir das 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O requerimento foi analisado pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que recomenda a sua aprovação.

Também está na pauta da comissão, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a análise de mensagem presidencial que indica Américo Veiga Wolowski embaixador do Brasil junto às repúblicas do Togo e Burkina Faso, e para exercer o mesmo cargo junto a Gana. O relator da indicação é o senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

A comissão vai analisar ainda projeto que aprova o texto final da Convenção Interamericana contra a Corrupção, concluída em Caracas em março de 1996. A maté-



Mauro Miranda propõe que o Senado apóie o pleito junto à Unesco

ria tem relatório pela aprovação, de autoria do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS).

## Execução do PPA de 1996 a 1998 será analisada pela Comissão de Orçamento

O relatório de Acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) relativo ao exercício de 1998 será examinado hoje, às 18h, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na mesma reunião, os parlamentares irão apreciar documento que explica como foi executado o PPA no período de 1996 a 1998.

Ambas as matérias foram encaminhadas ao Congresso por meio de mensagem presidencial. Presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a comissão também irá deliberar acerca de emendas oferecidas ao projeto de decreto legislativo que aprova as contas do governo federal relativas a 1997.



# Comissões debatem situação de empresas aéreas

CAE e CI, em reunião conjunta, ouvem dirigentes das companhias, comandante da Aeronáutica, diretor do DAC e presidente da Infraero sobre possíveis acordos de fusão para enfrentar a crise do setor



A CAE é uma das comissões que discutem hoje, a partir das 10h, a crise que atinge a aviação civil

## CAE examina empréstimo para modernizar municípios

Em reunião hoje, às 17h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) votará, entre outras matérias, projeto de resolução do Senado, apresentado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), autorizando os municípios a contratarem operações de crédito com a Caixa Econômica Federal para financiar a modernização da máquina administrativa. O parecer do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) é favorável.

Outra matéria a ser examinada pela CAE é o projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que muda a legislação relativa ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), impedindo a venda no território nacional de cigarros destinados à exportação. O objetivo é evitar perda de arrecadação. A matéria recebeu parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA).

Dois projetos que tratam de cultura tramitam em conjunto na comissão. O primeiro tem origem na Câmara dos Deputados e institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pro-nac), a partir do aumento da participação do Fundo Nacional de Cultura (FNC) nos recursos auferidos pelas loterias federais. O segundo é de autoria do senador José Roberto Arruda

(PSDB-DF) e trata do financiamento a projetos culturais. O parecer do senador Pedro Piva (PSDB-SP) é favorável ao projeto da Câmara e pela prejudicialidade do de Arruda.

Também deverá ser examinado pela comissão projeto que transfere do presidente da República para o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão a competência de autorizar o aumento do capital social de empresas públicas e sociedades de economia mista sob controle da União, independentemente de recursos orçamentários. A matéria recebeu parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA).

A pauta inclui, ainda, projeto de resolução do Senado, de autoria de Roberto Requião, estabelecendo alíquotas do ICMS em operações interestaduais; projeto de lei apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) isentando do Imposto de Renda os vencimentos recebidos por portadores de doenças graves; projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dispondo sobre a política agrícola e duas mensagens do Executivo solicitando autorização para a contratação de operações de crédito externas, a primeira no valor de 484 mil euros e a segunda referente a 2,7 milhões de euros.

## CI votará projeto que cria estímulo para fontes alternativas de energia

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se hoje, após a Ordem do Dia, para examinar, entre outras matérias, projeto de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) que cria o Programa de Incentivo a Energias Renováveis (Pier), cujo objetivo é promover o desenvolvimento das energias termossolar, fotovoltaica e eólica. A matéria, que tem voto favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), será analisada em caráter terminativo.

A comissão apreciará também requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), para que sejam ouvidos, em audiência pública conjunta com as comissões de Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais, o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e da Defesa, Geraldo Quintão. A senadora quer saber a opinião, também, dos presidentes do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, brigadeiro Mauro Gandra, e da Associação dos Pilotos da Varig, Gelson Dagmar Fochesato. O objetivo é obter esclarecimentos sobre as possíveis mudanças da política de aviação civil e sobre a abertura deste mercado para companhias internacionais.

Na mesma reunião, a comissão deve examinar requerimentos dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Emilia Fernandes

A situação das empresas aéreas, seus compromissos financeiros com a União e possíveis acordos de fusão entre elas ou com linhas internacionais são tema da reunião conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), hoje, às 10 horas.

Os senadores vão ouvir na audiência pública a exposição do tenente-brigadeiro-do-ar Carlos Baptista, comandante da Aeronáutica; Fernando Perro-ne, presidente da Infraero; Venâncio Grossi, diretor do Departamento de Aviação Civil (DAC); Wagner Canhedo, presidente da Vasp; Ozires Silva, presidente da Varig; e Rolim Amaro, presidente da TAM.

O requerimento para realiza-

ção da audiência é de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O parlamentar justificou seu pedido como forma de esclarecer as freqüentes notícias sobre a fusão de empresas aéreas e a situação financeira dessas companhias.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), presidente da Comissão de Infra-Estrutura, disse que a possibilidade de abertura de acordos entre empresas aéreas brasileiras e norte-americanas é preocupante.

— Essa situação nos preocupa muito, tendo em vista que as linhas aéreas entre os dois países correspondem a 35% das receitas das empresas aéreas brasileiras, contra apenas 3% das norte-americanas — disse.

convidando o ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, e os presidentes da Petrobras, Henri Reichstul, e da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbersztajn, para prestarem informações sobre o processo de licitação para a concessão de 23 áreas de blocos petrolíferos e sobre os acordos internacionais de troca de ativos da Petrobras. Deverão falar ainda sobre a transferência de sede da empresa da cidade de Belém para Manaus, com base em outro requerimento, apresentado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

### POLÍTICA ESPACIAL

A CI deve votar também requerimento de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) para ouvir o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg; o

procurador da República no Maranhão, Nicolau Costa Neto; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara, Samuel Moraes, e o advogado da entidade, Domingos Dutra Filho. O tema é a política espacial brasileira, em especial as consequências das atividades desenvolvidas no Centro de Lançamento de Alcântara (MA).

Projeto com origem na Câmara dos Deputados obrigando as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los a cada cinco anos também está na pauta. A matéria tem parecer contrário do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) e recebeu voto em separado por sua aprovação do senador Geraldo Cândido.



A CI deve apreciar também proposta que obriga as distribuidoras de gás a lacrar botijões de gás e requalificá-los a cada cinco anos



## CPI ouve hoje representantes de empresas transportadoras

Quatro presidentes de sindicatos de empresas de transportes de cargas prestam depoimento hoje, a partir das 15 horas, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está apurando o crescimento do roubo de cargas no país. Representando os empresários do Rio de Janeiro, comparece Eduardo Ferreira Rebuzzi; do Ceará, Clóvis Nogueira Bezerra; de Blumenau (SC), Osmar Ricardo Labes; e de Foz de Iguaçu (PR), Saulo Ivo Lamb.

A CPI Mista, que é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), além de apurar o roubo de cargas no país, tem como objetivo criar mecanismos capazes de coibir a atuação de quadrilhas especializadas. De acordo com dados fornecidos pela Confederação Nacional de Transporte (CNT) e pela Associação Nacional de Transportes de Cargas, incluídos no requerimento de criação da comissão, foram registradas 4.200 ocorrências no ano passado, resultando em um prejuízo de R\$ 315 milhões. Na reunião de instalação da CPI, o relator, deputado Oscar Andrade (PFL-RO), informou que a preferência dos assaltantes é pelas mercadorias que podem ser revendidas com maior facilidade, como alimentos (23% das ocorrências), cigarros (16%), confecções (13%), equipamentos eletrônicos (9%) e medicamentos (6%). Tuma salientou que o roubo de cargas é feito sob encomenda e a entrega quase sempre se dá imediatamente após a sua concretização, dificultando a atuação da polícia.

Na reunião da CPI, na última terça-feira, em depoimentos sigilosos, empresários e representantes de transportadoras informaram nomes de pessoas supostamente envolvidas com o roubo e desmanche de caminhões.

# Hartung propõe regras para fiscalizar melhor o Fundef

Projeto envolve sindicatos, pais de alunos, representantes comunitários e funcionários de escolas na gestão dos recursos do fundo educacional

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) fez um apelo ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), para que apresse a tramitação de projeto de sua autoria alterando a forma de fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Ele afirmou que, apesar de o fundo constituir-se “num avanço”, há denúncias de desvios na utilização de seus recursos.

A proposta, segundo Paulo Hartung, altera a composição dos conselhos municipais que gerenciam o fundo, acrescentando professores indicados pelos sindicatos dos professores; pais de alunos indicados pelo conselho ou associação de pais; servidores de escolas públicas do ensino fundamental indicados por sindicato ou associação de classe; e represen-

Hartung pediu ao presidente da CCJ pressa na votação das regras que aprimoram o controle do Fundef



tantes de associações comunitárias.

Além disso, destacou o parlamentar, a iniciativa inclui dispositivos que asseguram ao Ministério Público, independentemente de requisição, obter registros e demonstrativos do recebimento e aplicação de recursos. Permite ainda a qualquer cidadão solicitar cópia da documentação e obriga a disponibilizar, quando houver meios, as informações sobre a alocação de verbas na

Internet.

O senador defendeu uma discussão ampla em torno do desenvolvimento do ensino médio. Ele enfatizou que o Brasil, embora tenha perdido o “bonde da revolução industrial” e ainda menospreze a educação, não poderá perder o “bonde do conhecimento”. “Na era dos computadores, precisamos cuidar da cultura, da educação, da ciência e da tecnologia”, concluiu Paulo Hartung.

## Ernandes Amorim rebate acusações de que teria cometido abuso de poder

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou ter certeza na sua absolvição em acusação de abuso de poder que seria julgada ontem pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo Amorim, seus adversários políticos o acusam de ter usado a máquina administrativa enquanto era prefeito de Ariquemes, em Rondônia, durante sua campanha para o Senado Federal, em 1994.

— Havia uma festa comemorando a chegada da luz elétrica na cidade de Ariquemes, da qual fui prefeito e eu subi no palanque, mas não fiz discurso. Nenhum senador pode perder o mandato por isso — acredita.

Ernandes Amorim disse ainda que, ao contrário do que foi noticiado pela imprensa, o processo que move contra o *Jornal do Brasil* não foi anulado. “Apenas foi anulado o rito sumário, mas o processo continua com rito ordinário”, afirmou, destacando ter recebido sentença favorável em primeira instância.



Ernandes Amorim acusa veículos da imprensa de publicar calúnias a seu respeito

Ele pretende processar novamente o *Jornal do Brasil* por ter republicado denúncias que ele garante serem inverídicas.

— O *Jornal do Brasil* diz que sou indiciado por homicídio, isso não é verdade. Não é assim que se faz imprensa. Quero indenização não pelo dinheiro, mas para provar que a imprensa precisa ser séria. Quando somos caluniados, temos que lutar na Justiça para frear os caluniadores — defendeu

o senador.

Amorim se manifestou ainda sobre o caso do senador Luiz Estevão (PMDB-DF), cujo processo de perda de mandato está sendo examinado pelo Conselho de Ética do Senado.

— Fui membro da Comissão de Orçamento e vi muitos parlamentares interessados na liberação de recursos para a obra da sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo — disse.

## Moreira pede atenção à universidade de Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) fez um apelo ao ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, e às demais autoridades educacionais do país, no sentido de proporcionar condições de crescimento para a Universidade Federal de Rondônia (Unir). Segundo ele, há necessidade urgente de mais 160 professores efetivos para que a universidade possa levar adiante seus planos de expansão. Além do campus de Porto Velho, a universidade já mantém cinco *campi* no interior do estado.

Moreira Mendes queixou-se da “atitude discriminatória” do ministério em relação a Rondônia, lembrando que a Unir apresenta uma proporção de 40 alunos por professor, mas há anos não se realiza um concurso público para professores. “Além disso, os professores substitutos, contratados em 1998, nunca foram efetivados e terminaram sendo dispensados em abril do corrente ano”, observou. “Com isso, o campus de Cacoal, com 483 alunos, precisou paralisar suas aulas por 15 dias e vem funcionando em condições precárias.”

Para fazer face aos desafios do século XXI, as universidades federais brasileiras precisam crescer, disse Moreira Mendes. “Somente com a valorização dos professores e a transformação das universidades em verdadeiros centros de formação de mão-de-obra especializada e em competentes laboratórios de pesquisa científica e de excelência no campo das idéias, elas poderão trabalhar por um país mais próspero e desenvolvido”, afirmou ele.



Moreira Mendes vê “atitude discriminatória” do Ministério da Educação contra Rondônia

# Marina defende união para preservar riquezas

No Dia Mundial do Meio Ambiente, senadora convida governo e sociedade a se unirem para garantir a proteção dos patrimônios naturais brasileiros, como 18% da água potável e 22% das espécies vivas do mundo



Marina teme que aconteça na Amazônia a mesma devastação sofrida pela Mata Atlântica

Ao discursar ontem por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente, a senadora Marina Silva (PT-AC) conclamou governo e sociedade a unirem forças para preservar as riquezas ecológicas brasileiras. Segundo ela, o país tem 18% da água potável, 22% das espécies vivas e a maior biodiversidade do planeta. "Somos uma explosão de vida e não podemos deixar que essa herança seja transformada em morte da na-

tureza", enfatizou.

Ela lembrou que, nos dias de hoje, apenas 8% da Mata Atlântica estão preservados e alertou para a possibilidade de que isso também aconteça com a floresta amazônica. Marina defendeu um grande esforço para garantir que o desenvolvimento da região seja feito de maneira sustentada, dentro dos preceitos de respeito ao meio ambiente.

Na avaliação da senadora, somente nos últimos 20 anos a Humanidade tomou consciência de que os recursos da natureza não são ilimitados. "Há problemas sérios como poluição, chuva ácida e aquecimento global que ameaçam a Terra como um todo e, se o homem não aprender a viver com ela", alertou.

Marina considerou positivos os

recentes protestos da sociedade brasileira contra o relatório do deputado Moacir Michelleto (PMDB-PR) que permite o aumento da área passível de desmatamento na Amazônia. "Diante da atitude firme de tantas entidades ambientalistas, os parlamentares recuaram, decidindo renegociar o projeto até chegar a um novo consenso. Esse é o exemplo do que pode fazer uma sociedade unida", concluiu.

## Fala, Cidadão

Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores, abordando questões relevantes em debate no Congresso Nacional. Você pode participar telefonando para:

0800 612211

**Palmira Cordeiro, de São Paulo (SP), pergunta**  
**Senador José Fogaça (PMDB-RS) responde**

*"Gostaria de saber como vão ficar os precatórios de natureza alimentícia?"*

"Prezada Palmira,

Com os meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento da sua mensagem datada de 22 de março próximo passado, através do programa *A Voz do Cidadão*, e venho informar a V. S<sup>a</sup>. sobre os precatórios de natureza alimentícia, conforme sua solicitação.

Os precatórios de natureza alimentícia são os débitos decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

As entidades de direito público farão a inclusão no orçamento da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

Por oportuno, encaminhei a V. S<sup>a</sup>. a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 1999 (Nº 406, de 1996, na Câmara dos Deputados), que trata dos precatórios, aprovada na sessão plenária do Senado Federal do dia 12 de abril. A PEC dos precatórios encerrou, portanto, sua tramitação no Senado Federal, tendo sido a matéria encaminhada para a Câmara dos Deputados para reexame.

Sendo o que se nos apresenta no momento, coloco-me ao seu dispor para esclarecimentos adicionais que se façam necessários e valho-me da oportunidade para reiterar os protestos de apreço e consideração."

## Alcântara teme que desperdício da água provoque crise ambiental

Enquanto perdurar o conceito de que a água é um bem inesgotável, persistirá seu uso abusivo, resultando, em curto prazo, em uma crise ambiental, alertou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O senador defendeu uma ação urgente de combate ao desperdício da água, apontando como solução ações de longo prazo, como a educação ambiental e a racionalização no uso dos recursos hídricos.

Alcântara salientou que no Brasil estima-se em 40% o desperdício de água, em virtude do mau uso, e informou que, segundo dados da Associação dos Fabricantes de Materiais Sanitários (Asfamas), o brasileiro gasta, em média, cinco vezes mais água que o volume indicado como suficiente pela Organização Mundial de Saúde (OMS). "Enquanto a OMS recomenda o consumo de 40 litros diários por pessoa, o Brasil con-



Alcântara revelou que brasileiro gasta, em média, cinco vezes mais do que o indicado pela OMS

some 200 litros por habitante", acrescentou.

Para o parlamentar, é preciso tomar consciência de que a maior parte da água do planeta, cerca de 98%, são compostos por oceanos, restando apenas pouco mais de 2% de água própria para o consumo. Além disso, o senador alerta que o volume de água disponível encolhe paulatinamente, à medida que aumentam a

poluição e a população. "Pesquisa recente revela que 26 países já se encontram abaixo do nível mínimo aceitável, que é de 1.000 metros cúbicos de água por habitante ao ano", afirmou:

— No entanto, apesar do quadro crítico internacional, o Brasil tem de 12% a 14% da água disponível no mundo, o que, aparentemente, lhe garante uma situação confortável. O problema é que 80% da água do país está armazenada na região amazônica, em cujo território se localizam apenas 5% da população brasileira — disse.

Lúcio Alcântara disse que o Senado sinaliza com progressivas mudanças na legislação, observando em parte as reivindicações dos ambientalistas, ao analisar o projeto de lei da Câmara que disciplina a prevenção e o controle da poluição causada por descarga de petróleo e seus derivados.

## Bessa pede construção da Hidrovia do São Francisco

Em apelo dirigido ao governo federal, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) pediu o cumprimento do compromisso de viabilizar a Hidrovia do São Francisco dentro do programa Avança Brasil. Segundo cálculos do Ministério dos Transportes, a desobstrução, derrocamento e sinalização dos dois estirões navegáveis do rio São Francisco, num total de 1.800 quilômetros, exigirão investimentos da ordem de R\$ 22,28 milhões, num prazo de 48 meses.

O senador considerou positiva a postura do presidente da República, manifesta em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, de reconhe-

cer que as vias de comunicação são essenciais, tanto que afirmou-se disposto, no âmbito da América do Sul, a promover a integração subcontinental através de ligação física intermodal. Para Djalma Bessa, Fernando Henrique Cardoso sabe que tal postura pressupõe a prévia criação de infra-estrutura de transportes dentro do Brasil.

O total de R\$ 22,28 milhões de investimentos para viabilizar a hidrovia representa "uma fração da economia proporcionada em apenas um ano de sua utilização plena", argumentou o senador. Estudos técnicos encomendados pelo governo



Bessa: investimentos serão pagos com economia proporcionada pela obra

da Bahia à Companhia Energética de São Paulo (Cesp) no segundo semestre de 1998, em poder do Ministério dos Transportes, dão conta de que os fretes médios do oeste baiano até Salvador seriam os seguintes: transporte unicamente rodoviário, R\$ 45 por tonelada; bimodal rodoviário-ferroviário, R\$ 44 por tonelada; e multimodal fluvial-rodoviário-ferroviário, R\$ 34 por tonelada, informou o senador.



Luiz Otávio: "É unânime o desejo de socorrer os que mais sofrem no Polígono das Secas"

## Luiz Otávio cobra análise sobre transposição do São Francisco

As várias questões envolvendo a transposição das águas do rio São Francisco merecem reflexão, afirmou ontem o senador Luiz Otávio (sem partido-PA), que lembrou os resultados de simpósio sobre o assunto organizado pela Fundação Milton Campos, em março.

Segundo o senador, o simpósio teve a virtude de colocar frente a frente os defensores da transposição parcial das águas do São Francisco para regiões que mais sofrem com a seca e aqueles que levantaram dúvida sobre a exequibilidade do projeto em estudo, que é defendido pelo Ministério da Integração Nacional.

— É unânime o desejo de socorrer os que mais sofrem no Polígono das Secas, pois não teria cabimento pensar que os que ponderam cautelosamente quanto à viabilidade de parte do volume do rio São Francisco para a região árida sejam insensíveis ao sofrimento de seus irmãos — afirmou ele.

Luiz Otávio considera importante conhecer os impactos da transposição para as populações das regiões atingidas e para a produção de energia hidrelétrica. "Decisivo para concluir sobre a viabilidade do projeto é saber se os 3% da água a serem transpostas bastam para satisfazer o Nordeste Setentrional, em prejuízo da Bahia, e se mesmo essa quantidade relativamente pequena, uma vez desviada do curso do rio, não prejudicará o complexo de geração de eletricidade primária de Sobradinho a Paulo Afonso e Xingó", explicou.

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP), em aparte, apoiou Luiz Otávio e disse que o pronunciamento deve calar fundo na consciência dos técnicos envolvidos nessa empreitada.

Luiz Otávio ainda reivindicou recursos para a conclusão das obras paralisadas das eclusas de Tucuruí, "conforme promessa do presidente Fernando Henrique Cardoso".

# Medo leva líderes a condenar neoliberalismo, afirma Heloísa

Convocação para mudar a forma de governar, feita por 14 chefes de Estado reunidos na Alemanha, revela "falta de coragem", diz senadora

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) acredita que as declarações decretando o "fim do neoliberalismo", feitas na última semana por 14 chefes de Estado presentes na reunião Governança Progressista para o Século XXI, apenas refletem a "falta de coragem" desses estadistas.

O documento resultante do encontro recebeu o nome de Consenso de Berlim e diz que "todos (os estadistas) admitem ser necessário adotar uma agenda social e mudar a forma de governar no próximo século". Na análise da senadora, feita ontem em discurso no Plenário, esses líderes têm medo da forma como a fome, a miséria e o desemprego estão pondo em risco as instituições em diversos países do mundo.

— São medrosos. Praticam crimes, destroem nações inteiras para com a miséria de muitos financiar uma nuvem de capital volátil. Há dez anos, quem fala



Heloísa: "Quem falava o que esses senhores dizem hoje era chamado de dinossauro"

va o que esses senhores dizem hoje era chamado de dinossauro e de atrasado e acusado de ser incapaz de compreender o mundo novo — lembrou a senadora.

Heloísa Helena recordou que os líderes mundiais reunidos em 1989, nos Estados Unidos, firmaram documento chamado Consenso de Washington, contendo dez itens que iriam direcionar as políticas neoliberais. Entre esses itens, estavam a eliminação do déficit público; a priori-

dade dos gastos públicos em saúde, educação e infra-estrutura; a liberalização financeira e do comércio exterior; a eliminação de restrições aos capitais externos; as privatizações; e a desregulamentação das relações trabalhistas.

"Essas regras hoje são questionadas até pelo presidente do Banco Mundial", disse a senadora, destacando que o Brasil seguiu fielmente a receita neoliberal nesse período.

## Casildo Maldaner estranha os gastos do governo com estande na feira de Hannover

Ao criticar os R\$ 20 milhões gastos com a instalação de um estande do Brasil em Hannover, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que "há uma contundente discrepância entre o discurso e a prática" do governo federal. Ele entende que o Orçamento da União deve dar prioridade às áreas mais necessitadas de recursos públicos.

Maldaner ressaltou que a cada ano o Congresso discute o Orçamento e apresenta emendas para atender prioridades sociais, que são sistematicamente cortadas pelo Executivo em favor da distribuição de recursos que considera melhor.

Mais do que desfigurar o trabalho do Poder Legislativo, o senador afirmou que a gravidade da ação do Executivo está "na forma como o governo trata o Parlamento e as questões mais prementes do país", de modo que as áreas sociais vêm recebendo cada vez menos recursos federais.

"A grande inquietação que se espalha pelo país", na opinião de



Maldaner: "Há uma contundente discrepância entre o discurso e a prática do governo federal"

Maldaner, "funda-se na constatação de que há recursos, mas o governo os reparte mal, como o comprovaram as centenas de obras inacabadas investigadas por comissão do Senado instalada em 1996".

Nesse quadro, em que o país passou a conviver com crescentes problemas sociais, o senador admitiu não entender nem poder aceitar "que o governo federal gaste altíssimos recursos publicitários sob o argumento de melhorar a imagem do país no exterior".

— Que melhor propaganda o governo poderia fazer do país, se não a de resolver seus problemas mais agudos? Ao invés disso, o

governo corta emendas, pratica um Orçamento restrito aos ditames do Fundo Monetário Internacional e ignora os problemas nacionais — disse.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) salientou que os orçamentos, originados da luta da burguesia contra a aristocracia, foram uma "conquista fantástica" que o presidente da República insiste em manipular ao sabor de seu despotismo. Ernandes Amorim (PPB-RO) também criticou o emprego de R\$ 20 milhões num estande, sem licitação, enquanto o país é submetido a juros astronômicos e à entrega de seu patrimônio ao capital estrangeiro privado.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO HOJE

6h30 — *Cidadania*: Sen. Marina Silva e o sertanista Sidney Possuelo falam sobre o novo Estatuto do Índio  
7h30 — *Entrevista*: Sen. Ricardo Santos fala sobre desenvolvimento econômico  
8h — *Jornal do Senado*  
8h30 — *TV Escola* — Direitos humanos: Idade não é documento  
9h — *Cores do Brasil* — Turismo no Espírito Santo  
9h30 — *Entrevista*: Sen. Moreira Mendes fala sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública  
10h — Reunião Conjunta: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Infra-Estrutura  
Logo após: Comissão de Educação  
14h30 — Sessão Plenária (vivo)  
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)  
21h — *Jornal do Senado*  
21h30 — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)  
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

ESTA PROGRAMAÇÃO ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO

#### RÁDIO SENADO HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
10h — Sessão conjunta das Comissões de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo). Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*. Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste. Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste. Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise). Em seguida — Música e Informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Lauro Campos ajuizou há sete anos representação junto à Procuradoria-Geral da República

## Lauro Campos comemora decisão judicial contra Tele Sena

O senador Lauro Campos (PT-DF) comemorou ontem a sentença proferida pelo juiz Lupo de Luca, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sediado em São Paulo, que considera nula a autorização dada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) ao grupo Sílvio Santos para exploração da Tele Sena. O senador explicou que há sete anos ajuizou uma representação junto à Procuradoria-Geral da República, em que demonstra a inconstitucionalidade da exploração de jogo de azar por meio da venda de títulos de capitalização, uma vez que loteria é um serviço público exclusivo da União. "Comunico a satisfação de ver a notícia de que minha modesta pretensão teve uma resposta positiva e favorável", disse o senador.

Outra ilegalidade apontada por Lauro Campos na representação é a venda e distribuição da Tele Sena pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). "Mesmo assim, Sílvio Santos conseguiu assinar um contrato com os Correios. É uma ilegalidade sobre a outra", afirmou. Lauro assinalou que também solicitou a cassação da concessão de TV pertencente ao grupo Sílvio Santos, pois trata-se de serviço público que não poderia estar sendo utilizado para exploração de jogo de azar.

O senador disse ainda que dois deputados estaduais de São Paulo também aderiram à sua representação e desdobraram-na em uma ação na Justiça comum, igualmente contestando a constitucionalidade da autorização de funcionamento da Tele Sena.

# Álvaro sugere usar esporte para atender crianças pobres

Senador conclama novo ministro do Esporte e Turismo a levar em conta experiências de estados e municípios

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) conclamou ontem o novo ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, a usar a prática esportiva como instrumento para atender crianças de famílias pobres, tirando-as do trabalho infantil e dando-lhes incentivos para permanecer na escola, através de programas de estímulo às vocações esportivas.

Álvaro Dias mencionou duas teses de mestrado de professores da Universidade de Maringá (PR) mostrando que 50% dos convocados para as últimas seleções de atletismo no Brasil provieram do Paraná e, na maioria, oriundos de projetos desenvolvidos em sua gestão como governador, entre 1987 e 1991. Ele lamentou que os projetos, intitulados *Frutos da Terra* e *Paraná Olímpico*, não tenham continuado no atual governo.

O senador explicou que o *Frutos da Terra* dava a crianças selecionadas nas escolas públicas um *kit* para a prática esportiva e um salário mínimo mensal às famí-



Álvaro Dias lembra resultados obtidos pelos projetos *Frutos da Terra* e *Paraná Olímpico*

as. Em quatro anos, atendeu 720 estudantes em 100 municípios, com recursos provenientes da Loteria Estadual. Ele citou dados da pesquisa realizada pelos professores mostrando que, com esse pequeno auxílio, vários atletas juvenis obtiveram medalhas ao competir pelas seleções brasileiras.

Álvaro Dias afirmou, ainda, que o projeto *Paraná Olímpico* patrocinava atletas já convocados pelas seleções nacionais, com ver-

bas oriundas do Banco do Estado do Paraná, dando-lhes a oportunidade de dispensar qualquer tipo de apadrinhamento político. Ele garantiu que seu governo nunca se utilizou da imagem desses atletas para promoção política.

O senador salientou que o Brasil tem 21,1 milhões de menores de 18 anos vivendo em famílias com rendimento *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo, bem como 2,9 milhões de crianças de cinco a 14 anos que trabalham para complementar a renda familiar. "O novo ministro poderia fazer um levantamento das experiências de estados e municípios sobre atendimento infantil e juvenil através do esporte e elaborar um plano, a nível nacional, para favorecer boa parte dessas crianças e identificar talentos", disse.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou ser o esporte a maneira mais efetiva de assistir crianças de rua, integrando-as à sociedade.

## Osmar Dias apela a FHC por incentivo ao primeiro emprego

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apelou ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que faça gestões junto à base parlamentar do governo visando a aprovar projeto de sua autoria que estimula a criação do primeiro emprego para jovens entre 16 e 18 anos, como forma de combater a violência.

Segundo Osmar, apesar de aprovada por unanimidade no Senado, a proposta encontra-se paralisada na Câmara desde 1998. Ela prevê que os empregadores poderão abater do Imposto de Renda todos os encargos trabalhistas pagos aos trabalhadores jovens, mas obriga-os, por outro lado, a custear cursos de especialização de mão-de-obra.

Osmar Dias explicou que a iniciativa, se aprovada, atenderá a dois objetivos. Primeiro, dará emprego ao jovem que estiver entrando no mercado de trabalho, "evitando que seja levado à marginalidade"; e, segundo, criará mão-de-obra mais es-

pecializada e qualificada.

— Não dá para esperar mais que esse projeto seja aprovado, pois poderá alcançar ainda quatro milhões de jovens que estão nessa faixa de idade — salientou o senador.

Ele comentou também as declarações do presidente, em visita à França, a favor da redução da jornada de trabalho para 35 horas semanais, como instrumento para gerar mais empregos. Osmar salientou que aquele país investe hoje, a título de subsídio, US\$ 1,8 bilhão só para incentivar as empresas que contratam jovens de 18 a 25 anos.

— Faço um apelo ao presidente da República. Não precisa ser esse meu projeto, pode ser outro parecido. Só quero que adotem a idéia e coloquem em prática um programa de criação de postos de trabalho para jovens — afirmou.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lembrou proposta de sua autoria, que tam-



Osmar Dias salienta que seu projeto alcançaria de imediato quatro milhões de jovens

bém se encontra na Câmara, criando o serviço civil obrigatório, e acrescentou que qualquer governo que tenha uma proposta séria para a agricultura tem que "ouvir a voz autorizada" de Osmar Dias.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que a questão do primeiro emprego "é hoje assunto discutido em todo o mundo". A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que, desde 1994, 3,3 milhões de postos de trabalho foram "queimados", e por isso não entende a política governamental de combater "a inflação com a fome". O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a interiorização do desenvolvimento e a geração de empregos como formas de combater a violência.



Edison Lobão lembra trajetória de Ulysses e lamenta demora da Câmara para apreciar a matéria

## Lobão cobra aprovação do Prêmio Ulysses pela Câmara

Ao lamentar que o projeto de resolução que institui o Prêmio Ulysses Guimarães do Mérito Democrático esteja "parado nas gavetas empoeiradas e bolorentas da Câmara desde abril de 1997", o senador Edison Lobão (PFL-MA) apelou ontem ao presidente daquela Casa, deputado Michel Temer, para que faça aprovar a matéria.

— Se o brasileiro soubesse cultivar a memória e tivéssemos um panteão dedicado aos pró-homens da República, Ulysses ali estaria, no monumento destinado a perpetuar a memória dos que tanto serviram ao nosso país — afirmou.

Lobão lembrou a carreira política e o papel determinante de Ulysses Guimarães como presidente da Constituinte. Em aparte, Heloísa Helena (PT-AL) lembrou que muitos dos atuais militantes de partidos de esquerda iniciaram suas vidas públicas no antigo MDB. Ela apoiou o apelo de Lobão e disse ser impossível imaginar algum entrave político para aprovar a proposta.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) comparou Lobão ao papa João Paulo II, que esteve no Oriente Médio como pacificador. Segundo Maldaner, Lobão atua como pacificador ao conclamar a Câmara e o Brasil para que o projeto, já aprovado no Senado, tenha andamento.

Bernardo Cabral (PFL-AM) ressaltou que, quando foi cassado pelo regime militar, Ulysses foi o primeiro a prestar-lhe solidariedade. Lembrou também de manifestação do presidente da Constituinte quando se dizia que o país se tornaria ingovernável: "Eu estava na reunião em que Ulysses redigiu o pronunciamento com a célebre frase: Nós viemos aqui para escrever uma Constituição e não para ter medo".